

## Moção

### **(Proteção Civil - Pela criação de um Comando sub-regional da Península de Setúbal)**

A lei orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), que entrou em vigor em 2019, prevê que a circunscrição territorial dos comandos sub-regionais corresponda ao território de cada comunidade intermunicipal. Nesse sentido, deverá ser extinto o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Setúbal, a funcionar em Palmela - tendo, no entanto, sido empossado um novo Comandante Operacional Distrital de Setúbal (CODIS), em dezembro de 2020. Os 17 corpos de bombeiros da Península de Setúbal serão integrados no Comando sub-regional da Área Metropolitana de Lisboa, instalado na sede da ANEPC, em Carnaxide, enquanto os oito corpos do sul do distrito serão integrados no Comando sub-regional do Alentejo Litoral e no Comando Regional do Alentejo.

Tal como em muitas outras áreas, o distrito de Setúbal volta a ser penalizado por fazer parte da Área Metropolitana de Lisboa e, apesar de já ter dado entrada, em Bruxelas, o pedido do Governo português para a criação de uma nova NUTS II Península de Setúbal, o território não poderá esperar pela sua implementação para reverter este novo desenho da proteção civil e segurança na região. A sua densidade populacional, a presença de alguns dos principais polos industriais e nós rodo e ferroviários do país, um dos números mais elevados de ocorrências, a nível nacional, e a existência de bens naturais de grande relevo, como o Estuário do Sado e a Arrábida, merecem uma atenção especial e dedicada, que só um comando de proximidade pode garantir.

De igual modo, os corpos de bombeiros da região têm um longo historial de trabalho conjunto e cultura colaborativa, e os problemas com que se debatem, desde logo, ao nível da sustentabilidade financeira, só poderão agravar-se com o distanciamento que uma organização operacional além-Tejo representa. A Federação dos Bombeiros do Distrito de Setúbal já se manifestou, aliás, contra a integração das corporações de bombeiros da Península de Setúbal no Comando sub-regional da AML, decisão que considera que «causará enormes constrangimentos na gestão operacional».

Sedeado no edifício dos Bombeiros Voluntários de Palmela, o CDOS de Setúbal há muito que vem lutando por melhores condições de trabalho. De forma a garantir a permanência do CDOS no Concelho, e indo ao encontro de um pedido da, então, ANPC, o Município de Palmela disponibilizou, em 2016, um terreno em Aires para a construção de novas instalações, que chegou a ser visitado pelo Secretário de Estado da Administração Interna à época, Jorge Gomes. A desafetação do domínio público municipal dessa parcela de terreno, com 3.873 m<sup>2</sup>, para constituição de direito de superfície a favor da ANPC, foi aprovada nesse ano pela Câmara Municipal de Palmela e pela Assembleia Municipal de Palmela, sem que se tenham registado desenvolvimentos desde então. O Município tem contactado com a tutela, no sentido de confirmar o interesse na cedência do terreno, mas não recebeu, ainda, uma resposta clara, que permita uma decisão face à sua reserva ou libertação para outros fins.

Sem que haja uma data anunciada para o encerramento efetivo do CDOS de Setúbal e transferência de comando, a situação verificada na região é preocupante e de grande instabilidade, num contexto de pandemia e preparação da próxima época de incêndios, entre tantos outros desafios.

Reunida a 6 de abril de 2022, a Câmara Municipal de Palmela delibera:

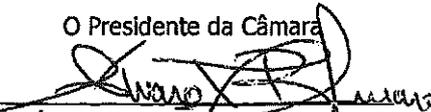
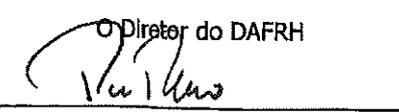
- Manifestar a sua discordância face à implementação do modelo territorial previsto na Lei Orgânica da ANEPC e consequente extinção do CDOS de Setúbal, com a integração dos 17 corpos de bombeiros da Península no Comando sub-regional da Área Metropolitana de Lisboa;
- Exigir um olhar atento sobre as necessidades e especificidades da Península de Setúbal e das suas corporações de bombeiros, que lutam por maior sustentabilidade e melhores condições para o desempenho da sua ação benévola e, na maior parte das vezes, voluntária;
- Sugerir que, face ao pedido já entregue pelo Governo português à União Europeia, com vista à criação da NUT II Península de Setúbal, a região possa ser tida em consideração, desde já, no desenho da estrutura operacional da ANEPC, através da criação de um Comando sub-regional da Península de Setúbal (evitando um processo penalizador, que poderá ter condições para ser revertido em poucos anos);
- Solicitar, uma vez mais, uma posição clara por parte da tutela, no que respeita ao interesse na cedência de terreno em Aires para a construção de novas instalações para o Comando Distrital de Operações de Socorro de Setúbal (ou futuro Comando sub-regional);
- Dar conhecimento da presente moção a:
  - . Sua Excelência, o Presidente da República;
  - . Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República;
  - . Sua Excelência, o Primeiro-Ministro;
  - . Sua Excelência, o Ministro da Administração Interna;
  - . Sua Excelência, a Secretária de Estado da Proteção Civil;
  - . Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República;
  - . Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;
  - . Liga dos Bombeiros Portugueses;
  - . Federação dos Bombeiros do Distrito de Setúbal;
  - . Comissão Distrital de Proteção Civil de Setúbal;
  - . Associação Nacional de Municípios Portugueses;
  - . Conselho Metropolitano de Lisboa;
  - . Comissão Sub-regional de Gestão integrada de Fogos Rurais da AML

Município  
**Palmela**  
Câmara Municipal

- . Associação de Municípios da Região de Setúbal;
- . Assembleia Municipal de Palmela;
- . Juntas de Freguesia do Concelho de Palmela;
- . Associações de Bombeiros do Concelho de Palmela;
- . Órgãos de comunicação social.

Os/As Proponentes

*Álvaro X Balseiro Amaro*  
*tenente de Vereador Álvaro Balseiro*  
*Luís Miguel Calha*  
*(M. f. Calha) (P. Ch)*

<b>Deliberação</b>							
Esta proposta foi:		<input checked="" type="checkbox"/> aprovada	<input type="checkbox"/> rejeitada	<input type="checkbox"/> retirada			
Por:	<input checked="" type="checkbox"/> votação nominal	<input type="checkbox"/> escrutínio secreto	Por:	<input checked="" type="checkbox"/> unanimidade	<input type="checkbox"/> maioria		
<hr/>							
		<b>Votação<sup>1</sup></b>					
Presenças	C	Ab	AF	Presenças	C	Ab	AF
<input checked="" type="checkbox"/> Álvaro Amaro - Presidente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> Fernanda Pésinho - Vereadora	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Luís Miguel Calha - Vereador	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> Maria João Camolas - Vereadora	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Raul Cristóvão - Vereador	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> Mara Rebelo - Vereadora	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Pedro Taleço - Vereador	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> Carlos de Sousa - Vereador	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/> Roberto Cortegano - Vereador	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>Aprovada em minuta, em reunião de 06/04/2022, em Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, para efeitos do disposto no art. 57.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.</p>							
<p>O Presidente da Câmara</p>  <p>(Álvaro Manuel Balseiro Amaro)</p>				<p>O Diretor do DAFRH</p>  <p>(Paulo Pacheco)</p>			

<sup>1</sup> Votação: C - Contra; Ab - Abstenção; AF - A Favor

